



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA INDUSTRIAL, AMADORA E ESPORTIVA

ATA DE REUNIÃO

1. ABERTURA

No dia 14 de julho de 2025, às 15:15, a Sra. Sandra Silvestre, Secretária do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva (CPAE), deu início a reunião inaugural do Comitê, que operará no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE). Ela agradeceu aos membros do grupo pelo comparecimento e destacou a importância que a reunião teria para iniciar as atividades do Comitê. Primeiramente, foi feita uma apresentação da agenda, com a reunião tendo aproximadamente uma hora de duração. O objetivo seria apresentar os participantes do Comitê, inicialmente selecionados com base na composição do CONAPE, apresentar a iniciativa como um todo e definir o presidente do comitê, que estará à frente das discussões nos próximos dois anos, sendo permitida a recondução. Após a apresentação inicial, não houve objeções quanto a agenda estabelecida. A Secretária Sandra então prosseguiu para a apresentação dos participantes da reunião.

2. PARTICIPANTES

Secretaria Executiva

1. Sra. Sandra Silvestre de Souza – Secretaria
2. Sra. Lariessa Moura de Araújo Soares – Secretaria Suplente
3. Sr. Marcus Vinicius de Lira Nogueira (Ministério da Pesca e Aquicultura) - Convidado

Ministério do Turismo

1. Sr. Humberto Pires da Silva – Titular
2. Sr. Joarez Moreira Filho – Suplente

Confederação Brasileira de Pesca Esportiva – CBPE

1. Sr. Reginaldo Portari – Titular

Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Poos Extrativistas Costeiros Marinhos – CONFREM

1. Sr. Flávio Diniz Gaspar Lontro - Titular

Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP BR

1. Flávio Ruben Paes de Oliveira Júnior - Titular

3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA

A Sra. Lariessa Moura, Secretária Suplente do CPAE, prosseguiu com a agenda fazendo a apresentação inicial do Comitê para os participantes. Durante a apresentação inicial, foram destacados os principais aspectos legais e operacionais do CPAE.

Primeiramente, o comitê é uma inovação, sendo a primeira iniciativa voltada para a pesca amadora e esportiva no âmbito do CONAPE. O CPAE tem caráter consultivo e de assessoramento, com a finalidade de subsidiar a gestão da pesca amadora e esportiva. O objetivo do comitê é subsidiar a gestão da atividade da pesca amadora e esportiva, possibilitando a articulação entre as esferas de governo com a sociedade civil na promoção do desenvolvimento sustentável da atividade.

Dentre as atribuições específicas do CPAE, destacam-se a proposição de diretrizes e estratégias para o desenvolvimento sustentável da atividade, a promoção da articulação entre o governo e a sociedade civil, bem como o monitoramento e a avaliação da implementação de políticas e programas relacionados ao setor. O Comitê também poderá propor pesquisas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e competitivas, fortalecer campeonatos, fóruns e eventos que contribuam para o debate e a divulgação da pesca amadora e esportiva, além de fomentar a ampliação da prática com foco na inclusão social e no respeito aos povos tradicionais.

O CPAE contará com até 26 membros. Dentre essa quantidade de vagas, seis serão destinadas a representantes do CONAPE, até dez serão destinadas à sociedade civil e dez serão destinadas a órgãos da administração pública federal, sendo essas sem direito a voto. As reuniões serão realizadas de forma ordinária, no mínimo três vezes ao ano, e extraordinariamente por convocação do(a) presidente, com um quórum de maioria absoluta para as reuniões e maioria simples para as deliberações. Por fim, as deliberações provenientes das reuniões ordinárias resultarão em recomendações, que serão entregues ao Ministério da Pesca e Aquicultura para subsidiar os encaminhamentos da gestão da prática.

Além das atribuições principais, o CPAE poderá delimitar grupos de trabalho temáticos com o intuito de discutir temas específicos e elaborar relatórios finais para subsidiar as discussões do CPAE. O limite é da ocorrência de 3 grupos simultâneos, podendo cada grupo ser composto por até 10 representantes e tendo duração máxima de 1 ano. O coordenador de cada grupo será designado pelo presidente do CPAE.

Após a apresentação, a pauta prosseguiu para o próximo item da agenda, que consistiu na designação do presidente do CPAE.

3.1. INDICAÇÃO DO PRESIDENTE DO COMITÊ DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA

A Secretária Sandra Silvestre iniciou esse momento listando todos os membros elegíveis para assumir essa função dentro do CPAE. Após esse momento, o Sr. Reginaldo Portari (CBPE) se candidatou para assumir essa função. Não houve manifestações contrárias por parte dos membros, com muitos se posicionando a favor da candidatura do Sr. Reginaldo.

Com isso, o Sr. Reginaldo Portari foi então designado para assumir essa atribuição, onde permanecerá por dois anos com a possibilidade de recondução.

3.2. INDICAÇÃO DE NOVOS MEMBROS

Após a eleição, foi questionado aos membros se haveria alguma sugestão para estender o convite a outras instituições. Por parte do MPA, foi sugerida a inclusão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs). Em relação a escolha das OEMAs, dada a impossibilidade de comportar todos os órgãos estaduais devido a limitação de membros, a Sra. Lariessa Moura sugeriu que fosse feito sorteio ou seleção por região geográfica. Não houve objeção por parte dos membros.

Complementando as sugestões, o Sr. Reginaldo Portari sugeriu que, além dos órgãos mencionados, que o convite também fosse destinado ao Ministério da Cultura (MinC) e ao Ministério das Cidades (MCID). Ademais, solicitou uma dilação de prazo para a deliberação da possibilidade de indicação de novos membros para até o dia 18 de julho de 2025, para que os membros pudessem se manifestar e haver indicações mais precisas. A Secretária Sandra Silvestre concedeu uma dilação até o dia 16 de julho de 2025, tendo em vista que o prazo para a publicação das portarias deve ser respeitado. A Sra. Lariessa Moura informou que haveria a possibilidade desses órgãos participarem na modalidade de convidados, não sendo necessário a nomeação formal por parte de portaria.

O Sr. Flávio Diniz Gaspar Lontro (CONFREM) demonstrou preocupação pela quantidade excessiva de membros, questão corroborada pelo Sr. Reginaldo Portari. A Sra. Sandra reforçou que existe a

possibilidade de participação na modalidade de convidado já previsto na portaria, não sendo necessário o preenchimento de todas as vagas.

Por fim, como encaminhamento da reunião, ficou estabelecido que, após a deliberação do presidente do CPAE, Sr. Reginaldo, com os demais membros acerca da possibilidade de indicação de novos membros, será articulada a publicação da portaria no Diário Oficial da União. Dessa forma, os membros têm até o dia 16 de julho para indicar novos membros por meio do encaminhamento de um e-mail resposta à Secretaria do CPAE.

4. ENCERRAMENTO

O Sr. Reginaldo, antes de finalizar a reunião, agradeceu ao MPA pela iniciativa, pois isso demonstra que há um interesse por parte do Ministério no setor da pesca amadora e esportiva. Após essa fala, a Sra. Sandra Silvestre agradeceu ao Sr. Reginaldo pela fala e a todos os membros presentes pela participação.

A reunião foi encerrada às 16:00, com o compromisso de encaminhar a apresentação para os membros e seguir com a articulação da publicação da portaria.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Silvestre de Souza, Diretor (a)**, em 18/07/2025, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DE LIRA NOGUEIRA, Chefe de Serviço**, em 18/07/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LARIESSA MOURA DE ARAUJO SOARES, Coordenador(a) Geral**, em 18/07/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Portari registrado(a) civilmente como Reginaldo Portari, Usuário Externo**, em 09/08/2025, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Pires da Silva, Usuário Externo**, em 11/08/2025, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Ruben Paes de Oliveira Júnior, Usuário Externo**, em 11/08/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44083843** e o código CRC **D294AF23**.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. **ABERTURA**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva – CPAE, no âmbito do CONAPE, em formato híbrido. A Secretária do Comitê, Sra. Lariessa Soares, abriu a reunião, agradeceu a presença dos membros e convidados, realizou as orientações de condução do encontro e iniciou a apresentação dos participantes.

2. **APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES**

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 1º Reunião Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

Membros do CONAPE

Confederação Brasileira de Pesca Esportiva — CBPE

- Reginaldo Portari – Membro Titular e Presidente

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Extrativistas Costeiros e Marinho — CONFREM:

- Flávio Diniz Gaspar Lontro – Membro Titular

Confederação Nacional das Federações de Associações de Pescadores e Aquicultores Artesanais e Organizações de Pesca — CONFAPESCA

- Vilmar Santos Ferreira Ximenes – Membro Titular
- Juan Manoel Vara Flores – Membro Suplente

Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil — FAEP-BR:

- Flávio Ruben Paes de Oliveira Júnior – Membro Titular
- Renato Pinheiro Rodrigues – Membro Suplente

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores — CNPA

- Lucimara Henrique – Membro Titular
- Maria José da Silva Santos – Membro Suplente

Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura — CBPA:

- Marcelo Paes Vorrea – Membro Titular
- Júlio Pereira Matos – Membro Suplente

Confederação Nacional dos Sindicatos dos Pescadores Artesanais — CONFESPA

- Clóvis Amorim da Silva – Membro Titular

- Jessica Ravane de Sousa Silva – Membro Suplente

II - Membros da Sociedade Civil, de entidades representativas da atividade de pesca amadora e esportiva:

Associação Brasileira de Agências de Viagens — ABAV:

- Jerusa Marion Hara – Membro Titular

Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR

- Leonardo de Moura Persi – Membro Titular

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados — CMADS

- Maurício Schneider – Membro Titular
- Évellyn Christinne Brühmüller Ramos – Membro Suplente

III - Membros dos Órgãos vinculados à Administração Pública Federal

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

- Sandra Silvestre de Souza – Diretora
- Lariessa Moura de Araújo Soares – Coordenadora Geral
- Inácia Mendes Boechat Rezende – Coordenadora
- Giovana Curcio Guimarães – Chefe de Serviço
- Horácio Rodrigo Souza Rodrigues - - Chefe de Serviço

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

- Gilberto Sales - Membro Titular

Ministério do Turismo — MTur

- Humberto Pires da Silva – Membro Titular
- Joarez Moreira Filho – Membro Suplente

Ministério do Esporte — MEsp

- Daniel de Oliveira Piza – Membro Titular
- Daniele Leopoldino Silva – Membro Suplente

3. **APROVAÇÃO DA AGENDA**

Foi apresentada pela Secretária a proposta de agenda, contendo: apresentação das atribuições, composição e funcionamento do CPAE e a discussão de seis pautas. A agenda foi aprovada sem ressalvas.

4. **PAUTAS DELIBARADAS**

Inclusão de pousadas e da profissão de condutor de turismo de pesca amadora/esportiva no CADASTUR/MTur

O Presidente do Comitê destacou que o CADASTUR não possui categoria específica

para pousada de pesca esportiva e nem o registro formal da profissão de condutor de turismo de pesca. Foi apontado que tal ausência compromete o conhecimento sobre o quantitativo e a distribuição dos empreendimentos e profissionais no país.

Encaminhamento: realizar reunião com Regis, Juarez e Leonardo com os responsáveis pelo CADASTUR no MTur, visando tratar das inclusões demandadas.

Inclusão de número de passaporte para estrangeiros na emissão da Licença de Pesca Amadora e Esportiva

A Secretária do Comitê, Sra. Lariessa Soares, registrou que esta pauta é ação prevista no Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva (PNPAE) e que a Secretaria de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura do MPA (SERMOP) está tratando o tema junto à LECOM, para definir mecanismo tecnicamente e juridicamente viável de cadastramento de estrangeiros sem a exigência de emissão prévia de CPF. Informou, ainda, que a demanda já se encontra em nível de tratativa junto à Presidência da República. O Presidente do CPAE, Sr. Regis, reforçou que esta necessidade é antiga (anterior à plataforma GOV.BR) e que a busca por solução é urgente, considerando o crescimento do número de pescadores estrangeiros que operam no país.

Encaminhamento: convidar a coordenadora responsável da SERMOP para apresentar esclarecimentos técnicos atualizados e apontar possíveis alternativas viáveis para implementação da medida.

Redução de imposto sobre produtos da pesca amadora e esportiva (MDIC/MDMEPP/Mtur/MPA)

Foi destacado pelo Presidente do Comitê que a elevada carga tributária sobre equipamentos de pesca esportiva no Brasil reduz a competitividade do setor e incentiva a entrada desses produtos por vias informais, cenário que já representa parcela significativa do mercado. Tal situação prejudica o comércio regular, distorce a atividade econômica e impacta negativamente o desenvolvimento do turismo de pesca esportiva. Ressaltou-se a necessidade de discussão interinstitucional para avaliar alternativas e eventuais ajustes tributários que contribuam para reduzir a informalidade e estimular o crescimento ordenado do setor.

Encaminhamento: realizar reunião entre Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, MTur e MPA para tratar de alternativas e propostas visando à redução da informalidade no setor.

Flexibilização de ARRAIS para populações tradicionais

Foi discutido que boa parte dos condutores provém de populações tradicionais, originárias e quilombolas, e que dificuldades de alfabetização podem inviabilizar a obtenção do ARRAIS. A Sra. Lariessa registrou que a Marinha sinalizou negativamente para alterações nas NORMANS.

Encaminhamento: tratar o tema com o Ministério da Educação e com a Marinha do Brasil, visando avaliar caminhos possíveis para ampliar o acesso regular a essas populações.

Implementação da Portaria ICMBio nº 91, de 4 de fevereiro de 2020

Foi pontuado pelo Presidente do Comitê que, transcorridos mais de cinco anos desde a publicação da Portaria ICMBio nº 91, de 2020, ainda não se observam avanços concretos na sua implementação e operacionalização em Unidades de Conservação. Foi ressaltada a necessidade de identificar claramente quais são as barreiras institucionais, normativas e de interpretação que impedem o avanço do tema, considerando que a pesca esportiva em UCs pode representar alternativa real de

geração de renda e oportunidades, especialmente para populações locais e tradicionais, na perspectiva do turismo de base comunitária.

O representante do MTur reforçou que há dificuldades objetivas de diálogo com o ICMBio sobre o tema, bem como discrepâncias quanto à aplicação prática da Portaria, o que aponta para necessidade de alinhamento interinstitucional. Os membros destacaram que o ICMBio precisa participar diretamente das discussões no âmbito do Comitê, dada sua competência sobre UCs, sendo imprescindível articular MMA, ICMBio, MTur, Embratur e MPA, para construção conjunta de caminhos.

Foi sugerido que seja aproveitada a semana da próxima reunião do CONAPE para abertura de espaço específico de diálogo sobre o tema, com participação da Presidência do Conselho e do ICMBio, de forma a gerar encaminhamento concreto.

O representante do MMA colocou-se à disposição para colaborar na articulação institucional necessária.

Encaminhamento: o Presidente do CPAE verificará com a Presidência do CONAPE a viabilidade de reunião prévia à reunião do Conselho, com participação de ICMBio, MMA, MTur, Embratur e MPA, com foco em avanços práticos para implementação da Portaria nº 91/2020.

Nomenclatura pescador amador vs pescador esportivo

Foi destacada a necessidade de definição clara das nomenclaturas.

Encaminhamento: promover diálogo conjunto entre o Ministério do Esporte e o MPA para propor definição oficial.

5. ENCERRAMENTO

Foi apresentada a estrutura do Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva (PNPAE) pela Secretária do CPAE.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo esta Memória de Reunião redigida para ciência e aprovação dos membros.